

Ruy e a gravidade do momento presente

Washington Bolivar de Brito

Há cinco anos atrás, precisamente, assomava eu à tribuna d'êste Egrégio Tribunal, lá no antigo prédio do Terreiro, a convite do Prof. Demétrio Tourinho, para trazer a solidariedade dos estudantes ao "Dia do Magistrado" e do Direito. E o costume ficou, repetido de ano para ano, na pessoa de novo colega. Quis, no entanto, a atual diretoria do Centro Acadêmico "Ruy Barbosa" viesse eu novamente interpretar a sua alegria, agora que se inicia nova fase nestas comemorações, com a construção do imponente edifício onde estamos.

É fácil de vêr a emoção com que de novo venho à vossa presença. Também não é difícil de sentir o respeito, quase religioso, que me inspiram os restos mortais de Ruy Barbosa, aqui depositados. Ante auditório tão augusto, tremo só de pensar no vulto da tarefa que os meus colegas me confiaram. E, para tanto, em verdade nenhum título possuo, senão o da sinceridade ardente e apaixonada, a coragem de dizer o que se faz necessário ouvir e o desejo de lutar pelo melhor, sob a suprema inspiração da Pátria. Nem são outras as diretrizes que nos traça a nossa gloriosa Faculdade. O destino dos alunos acha-se, de certo modo, condicionado à conduta dos mestres; d'êstes, portanto, depende o trabalho daquêles, no presente e no futuro. O aluno Ruy Barbosa o disse, aos 16 anos, no Ginásio Bahiano: —

"... na mocidade está o futuro, glorioso ou mesquinho, arraiado de luz ou sumido em trevas, conforme os princípios que lhe houverem semeado, regado, brotado no coração; porque, senhores, o mestre, abaixo de Deus, é o arbítrio do porvir".

E mais tarde, já mestre, diria êle, na conferência do Politeama: —

"... a alma das gerações juvenis simpatizou sempre com a equidade, com o sofrimento, com o perdão". ... "Eu tive ao meu lado essa mocidade. Ela não seguia partidos, nem militava em facções: amava no universo a ciência, no homem o bem, na pátria o direito. Só se inflamava pela verdade, pela liberdade, pela humanidade".

Aquí está, de novo, ao vosso lado, a mocidade, Ruy! A mesma de sempre, corajosa e justiceira, fiel à vossa doutrina e conduzindo, como outrora, a vossa bandeira!

II

Senhores Desembargadores! Senhores Juizes! A homenagem dos moços neste dia, que é vosso e também nosso, por ser o aniversário da instalação dos cursos jurídicos no Brasil, e que em comunhão celebramos, venturosos, entre sorrisos e flôres, não é apenas o aplauso ruidoso e a alegria passageira. Vimos aquí falar, e ouvir o vosso coração. Mas, e sobretudo, aquí vimos ouvir, e falar ao vosso patriotismo. Sois ainda, neste País, para felicidade nossa, a cúpula do Poder. E, pela vossa posição de independência e serenidade, longe do vórtice aterrador das paixões partidárias, a vós recorreremos, confiantes de que não ficareis indiferentes às queixas da mocidade.

Sois o último reduto organizado da resistência constitucional. E se algum dia, sob o tacão do arbítrio, se esmagarem as garantias da Lei, sucumbirá convosco não somente a vida, mas também a honra do Povo Brasileiro. Deus, porém, vela por nós e tal não permitirá jamais. Pela sublimidade do vosso mistér, na defesa cotidiana da Justiça. Ele duplicará as vossas fôrças e vos dará o consólo final de vêr dizimados todos os batalhões da anarquia.

“O Juiz e o soldado — disse, em discurso, o Des. Demétrio Tourinho — marcham sempre para frente sem cuidar dos espinhos e cardos do caminho; sem os receios dos tímidos e os temores dos covardes”. (in Rev. dos Tribunais, 1946, vol. 38, n. 2).

Aplicar a Lei é uma imposição do Direito. Mas, vêr sempre, humanamente, cada caso é um ditame imperioso da Justiça. As leis não são de todo boas, nem de todo más. Os homens, sim. Por isso, Ferri doutrinava que “as leis valem o que valerem os homens chamados a aplicá-las”.

Nós, a mocidade, confiamos e acreditamos em vós.

“A ninguém importa mais do que à magistratura fugir do medo, esquivar humilhações, e não conhecer cobardia”,

na frase lapidar do maior amigo e fiscalizador dos Juizes. (Oração aos Moços).

Também assim compreendemos o dever da magistratura.

Aquí está, pois, de novo, ao vosso lado, a mocidade, Ruy! A mesma de sempre, corajosa e justiceira, fiel à vossa doutrina e conduzindo, como outrora,

III

Nessa hora de extrema gravidade para o Brasil e para o Mundo, quando os adoradores de ídolos queimam incenso e mirra no altar da violência e o espectro de nova guerra se avizinha, êsse gesto da mocidade vale como a ressurreição da Esperança. Mas, para que ela continue rediviva, impõe-se um saneamento geral de atitudes. Porque, infelizmente, o que vemos no momento presente, a par das incertezas e desenganos, é o abastardamento, em grande escala, de homens e de idéias. E a tal ponto cresce, nos homens públicos, a ambição pelo poder, que a cada passo se desdizem, conquanto não lhes falte, no instante próprio, meia dúzia de votos. E por meia dúzia vendem; e por meia dúzia traem. Vendem os ideais como se vendem títulos, segundo a cotação da Bolsa e do mercado. Traem hoje os princípios que ainda ontem ardorosamente defenderam. Nada de programas; nem de partidos.

Os partidos nacionais são em verdade grupos políticos regionais, que se interpenetram, e se casam, e se divorciam ao sabor das conveniências da hora.

Mas, o que ainda é mais grave e constitui mesmo um acinte ao evangelho de Ruy é a união espúria de partidos democráticos com o fascismo, cujos remanescentes indígenas se reagruparam, sob novo rótulo de engodo.

E querem que a mocidade se cale e concorde, de cabeça baixa e de chapéu na mão... Para isso preciso fôra não tivéssemos derramado nosso sangue na Itália. Graças a Deus a fonte desse sangue é generosa e está disposta a jorrar de novo. A covardia e a cumplicidade do nosso silêncio, por medo à perseguição ou mesmo à morte, não mereceria jamais a aprovação de Ruy.

“Os covardes — como declamou Shakespeare — morrem muitas vezes antes de morrer. O homem de valor só prova a morte uma vez”. (“Júlio Cesar”).

A mocidade bahiana, a mocidade indômita da minha Escola, — fiel depositária das mais gloriosas tradições de resistência e democracia deste Estado, — não se calará nesta hora de covardias e vacilações. Por isso, vem, na Casa da Lei, denunciar ao País a rearticulação do integralismo, inimigo n.º 1 de todos os processos democráticos.

“O voto — doutrinava não há muito o Sr. Plínio Salgado — é essa coisa que não vale nada, que não exprime nada. É o fruto dessa árvore decepada que é o cidadão. O voto é essa coisa que nós, integralistas, desprezamos com asco”. E mais: — “o integralismo nega a eficácia do voto, nega a concepção democrática do cidadão, condena o sufrágio universal”. (Palavras que o jornalista Gondim da Fonseca extraiu dos seus arquivos).

Os jovens repelem, com horror, tais definições e declaram, solenemente, preferir a lição de Ruy: —

“Renunciando o voto, não fazendo questão do voto, consentindo que vos arrebatem o voto, deixando, assim, que vos pupilem com o governo que quiserem, estareis como se, no intuito de poupar-des a vida, não ousásseis defender o tecto, a fortuna, a honra e a prole”.

A cumplicidade com o fascismo nativo, nesta hora, outra consequência não trouxe, senão confundir o povo. Pois, não se sabe se foi o fascismo que aderiu à democracia, ou se foi esta que se uniu àquele. E, entre abraços e sorrisos, os homens vão perdendo a autoridade e decaindo no conceito da juventude, o que vale dizer, perdendo o amparo do futuro.

Cumpre-nos, no entanto, a bem da Justiça, em cujo templo nos encontramos fazer duas ressalvas.

A atitude do eminente estadista Otávio Mangabeira, renunciando a representação no Senado por dois Estados da Federação, nesta hora tumultuária de ambições desenfreadas, vale, por si só, como uma nota de equilíbrio e uma advertência tonificante de que não se perderam, de todo, as lições imperecíveis de Ruy.

A segunda ressalva, à qual também emprestamos especial significação e a candidatura-protesto de João Mangabeira — o maior constitucionalista sul-americano — à Presidência da República.

Ihas isoladas no vasto oceano do desconchavo brasileiro, onde vão pousar

e reabastecer-se de energias morais os aviões da resistência popular. Nesses aviões embarcam os moços do Brasil inteiro e em cerrada formação de combate e bombardeio, dão caça, sem tréguas, aos inimigos do regime.

Aquí está, de novo, ao vosso lado, a mocidade, Ruy! A mesma de sempre, corajosa e justiceira, fiel à vossa doutrina e conduzindo, como outrora, a vossa bandeira!

IV

Enquanto os homens públicos do Brasil, a-pesar-de suas divergências, se aproximam, cada vez mais, entre si, cada vez menos se identificam com o povo. Olham para a realidade, como através de um binóculo, invertendo porém, a ordem natural: — para o passado, com as lentes que aproximam; para o futuro, com aquelas que distanciam...

Projetam reformas constitucionais, porque temem uns aos outros e jamais para tentar resolver, ou apenas cuidar, da questão social.

Já em 1919, Ruy Barbosa prégava, numa entrevista concedida a um diário de Porto Alegre: —

“A questão social urge conosco por medidas que com seriedade atendam aos seus mais imperiosos reclamos”.

De então para cá, as aspirações populares por um regime social mais justo vêm-se intensificando e, em casos esporádicos, transformando-se em leis. Falta-lhes, porém, a unidade de um sistema, valendo antes como normas contemporizadoras. E um sistema unitário justo só se conseguirá com uma nova constituição, de base socialista e de conteúdo realmente democrático.

Jamais foram tão oportunas estas palavras do Apóstolo: —

“As nossas constituições têm ainda por norma as declarações de direitos consagrados no século dezoito. Suas fórmulas já não correspondem exatamente à consciência jurídica do universo. A inflexibilidade individualista dessas cartas imortais, mas não imutáveis, alguma coisa tem de ceder (quando lhes passa já pelo quadrante o sol do terceiro século) ao sôpro de socialização que agita o mundo”.

Aquilo que era um sôpro, sob a pressão popular, tornou-se poderosa ventania. Mistér se faz canalizemos êsse vento para movimentar nossos moinhos, e não destruir nossas colheitas. Não procuremos tapar o sol com o dedo, nem deter as correntes caudalosas. Tenhamos, antes, a coragem de corporificar em Lei Magna as supremas aspirações do nosso povo, de estabilidade econômica e de justiça social.

O dogma individualista de que “todos são iguais perante a lei” já se desacreditou no contacto diário com a realidade. Como acentuou o Prof. Orlando Gomes, — “o Direito igual para pessoas desiguais só pode legalizar a injustiça”. (Aspectos da Democratização do Direito, in Rev. Fac. Direito da Bahia, 1937).

Destarte, os magnos problemas que Ruy advinhára e que hoje penosa-

mente defrontamos, merecem atenção mais cuidadosa de todos os detentores do poder.

Vinde, Ruy, até nós, com o fulgor incomparável da vossa palavra! A missão histórica da nossa geração tem sido a mais pesada de todas as incumbências que jamais foram confiadas à mocidade. Expressão fiel de nossa época, vivemos convulsionados e solitários o nosso papel de inovadores.

Vinde, Ruy, até nós, com a perseverança incansável do vosso exemplo!

Alçai-vos, de novo, nas asas da Eloquência — este inquieto e rútilo pássaro de fogo — inspirai com a vossa doutrina os homens públicos do Brasil. Fazei-os compreender, a todos, presidentes e ministros, generais e almirantes, parlamentares e magistrados, que nenhum poder existe mais alto do que o Direito.

Inspirai-nos também a nós, para não esmorecermos na luta iniciada e para que possa a mocidade, no final, ter a glória de dizer convosco: —

“Pelejei contra ministros e governos, contra prepotências e abusos, contra oligarquias e tiranos. Ensinei, com a doutrina e o exemplo, mas ainda mais com o exemplo que com a doutrina, o culto e a prática da legalidade, as normas e o uso da resistência constitucional, o desprezo e horror da opressão, o valor e eficiência da justiça, o amor e o exercício da liberdade”.

Para realizar tudo isso, e para não deixar expirar os sons do vosso comando, bem como para as novas lutas do futuro, aqui está, de novo, ao vosso lado, a mocidade, Ruy! A mesma de sempre, corajosa e justiceira, fiel à vossa doutrina e conduzindo, como outrora, a vossa bandeira!

N. R. — Discurso pronunciado pelo Acad. Washington Bolivar de Brito, no Tribunal de Justiça da Bahia, por ocasião da solenidade comemorativa do 11 de Agosto, em 1950, em nome do Centro Acadêmico Ruy Barbosa.